

Perguntas e respostas

Preservação dos tubarões-anequim do Atlântico Norte

Qual a gravidade da situação? O declínio dos tubarões-anequim do Atlântico Norte, também conhecidos como tubarões-*mako*, é, no que diz respeito à conservação de tubarões, um dos problemas mais claros e urgentes do mundo. A sua população é alvo de grave sobrepesca e caminha para a extinção. Prevê-se que a recuperação desta espécie leve décadas, mesmo que a captura seja reduzida ao mínimo no imediato.

O que há a fazer? Os cientistas ligados à Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA, ou na sigla original ICCAT – International Commission for Conservation of Atlantic Tunas) recomendam a proibição completa da retenção a bordo de tubarões-anequim do Atlântico Norte, sem exceções, juntamente com medidas acrescidas para minimizar a mortalidade por capturas acidentais.

Quanto tempo tiveram os países para analisar esta recomendação? Os cientistas já alertam para a vulnerabilidade particular dos anequins há mais de uma década. Em 2008, classificaram o anequim como um dos tubarões sob maior risco de sobrepesca nas pescarias de palangre do Atlântico. Este ano completam-se quatro anos desde a primeira recomendação específica para uma proibição de retenção no Atlântico Norte (2017). Foi feita uma reavaliação em 2019, que reforçou essa recomendação.

O que fez a CICTA para proteger os anequins? Em 2017, a CICTA adotou um conjunto complexo de restrições de pesca que ficaram muito aquém do recomendado pelos peritos. Em 2019, os cientistas da CICTA demonstraram que as medidas não eram suficientes para travar a sobrepesca, muito menos para permitir a recuperação da espécie, e reiteraram a recomendação anterior. A CICTA tem discutido desde então os passos a dar, mas não conseguiu chegar a acordo.

A proibição da retenção a bordo de uma espécie de tubarão é um passo extraordinário para a CICTA? Proibir a retenção a bordo é de longe a medida mais comum de conservação de tubarões ao nível da espécie adotada pelas Organizações Regionais de Gestão das Pescas (ORGP) do mundo inteiro. Desde 2009, a CICTA já proibiu a retenção a bordo de tubarão-*raposo-olhudo*, tubarão-*de-pontas-brancas*, tubarão-*luzidio* e de várias espécies de tubarões-*martelo*. A CICTA tomou estas medidas com base em muito menos informação do que a que existe para os tubarões-anequim.

Porque é que esta população de tubarões é especial? Graças a dados de captura que já vêm sendo recolhidos há um período

relativamente alargado de tempo e a avaliações internacionais periódicas cada vez mais precisas, já sabemos mais sobre os tubarões-anequim do Atlântico Norte do que sobre a maioria das outras populações marinhas de tubarões. Os anequins são dos tubarões de maior valor económico a nível mundial, apreciados como troféu desportivo e como alimento. Esta espécie tem um crescimento especialmente lento. As fêmeas atingem a maturidade por volta dos 20 anos e não têm mais do que 18 crias por ninhada, podendo a gestação durar até 18 meses.

A proibição é suficiente? Então e o encerramento de zonas, a substituição das artes de pesca, etc.? Os cientistas recomendam a proibição da retenção a bordo dos tubarões-anequim do Atlântico Norte como “a medida imediata mais eficaz” para acabar com a sobrepesca e permitir a recuperação da população. Os cientistas recomendaram igualmente medidas acrescidas para minimizar a mortalidade devida a capturas acidentais, mas ainda têm de dar orientações mais precisas quanto à substituição das artes de pesca, zonas/períodos de encerramento, etc. Embora os países devam pedir mais recomendações em relação à mitigação das capturas acessórias, é imperativo que a CICTA adote já a principal recomendação de proibição total. Este ponto central das recomendações científicas é fundamental para alcançar a redução substancial de mortalidade que é necessária para inverter o declínio de tubarão-anequim do Atlântico Norte.

A proibição da CICTA é vinculativa? Todas as restrições internacionais de pesca dependem da sua devida implementação pelas Partes. O que implica a pronta adoção de regulamentos internos complementares, a fiscalização do cumprimento e a punição de infrações por parte dos governos. Uma das principais vantagens da proibição recomendada é a sua simplicidade, que aumenta a probabilidade de implementação pelos governos e de acompanhamento por ONG e por cidadãos.

Então e os anequins todos que serão devolvidos mortos ao mar? A recomendação dos cientistas da CICTA baseia-se em cenários de captura que englobam todas as causas de mortalidade, incluindo a devolução de animais mortos ao mar. Estima-se que a proibição total seja a medida mais eficaz, não só devido à sua simplicidade, mas também à sobrevivência pós-libertação relativamente elevada dos tubarões-anequim (até 77%). Para tirar o máximo partido deste fator fundamental é necessário inverter o incentivo e com isso fomentar a rápida libertação ou mesmo o total evitamento dos anequins. Atualmente, as exceções ao desembarque de anequins mortos conduzem a práticas irresponsáveis de pesca, que geram pressão sobre a espécie e acentuam a mortalidade.



A proibição das devoluções ao mar por parte da UE implica o desembarque dos anequins pelos pescadores? Para implementar as proibições de retenção a bordo adotadas pela CICTA, a UE interditou a pesca do tubarão-raposo-olhudo, do tubarão-de-pontas-brancas, do tubarão-luzidio e de várias espécies de tubarões-martelo, isentando-as assim da obrigação de desembarque da UE. Os pescadores estão assim obrigados a libertar imediatamente estas espécies e a registar as devoluções ao mar. O mesmo deve ser feito para os anequins.

Qual a vantagem da inclusão do anequim na lista de 2019 da CITES? Todas as Partes na CICTA são igualmente Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES – Convention on International Trade in Endangered Species), estando como tal obrigadas a assegurar que as exportações de anequim (incluindo desembarques de alto-mar) têm origem em pescarias legais e sustentáveis. Embora a União Europeia (UE) tenha um painel de peritos para orientação estratégica, os regulamentos necessários para cumprir as obrigações da CITES são elaborados pelas autoridades nacionais. No final de 2020, o painel da UE concluiu que se deveria acabar com os desembarques de tubarões-anequim do Atlântico Norte. Nessa altura, os países da UE que mais realizavam desembarques de anequins – Espanha e Portugal – proibiram esses mesmos desembarques de alto-mar; Espanha proibiu inclusive as capturas em águas nacionais e a venda de stock. O Reino Unido (RU) concluiu que o comércio de tubarão-anequim do Atlântico Norte não é sustentável.

Qual a vantagem da inclusão do anequim na lista de 2008 da CMS/Convenção de Bona? Cerca de metade das Partes na CICTA são igualmente Partes na Convenção Sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (CMS – Convention on Migratory Species). A inclusão dos anequins no Anexo II da CMS obriga as Partes a colaborar na conservação regional desta espécie. No entanto, apesar dos pedidos reiterados de ONG, as Partes na CMS-CICTA pouco fizeram para estimular o reconhecimento e o cumprimento dos compromissos da CMS no seio da CICTA.

A proibição de retenção dos anequins seria um obstáculo à investigação científica? Até ao momento, as propostas de proibição da CICTA incluíram exceções para recolha de amostras biológicas de anequins mortos (tal como acontece com as espécies de tubarões interdadas). A lista de 2019 da CITES introduziu novos requisitos para a obtenção de autorizações de transporte de amostras de anequim.

Que países lideram os esforços para a aprovação na CICTA da proibição de retenção do anequim? Até à data, o Canadá e o Senegal já por duas vezes defenderam propostas para que a CICTA seguisse as recomendações científicas em relação aos limites de captura de anequins, incluindo a proibição total de retenção a bordo no Atlântico Norte. Além disso, o Canadá tem dado o exemplo, uma vez que já proibiu unilateralmente em 2020 a retenção a bordo de tubarão-anequim do Atlântico Norte e está atualmente a estudar os efeitos dessa medida.

Que outros países apoiaram publicamente esta estratégia? Angola, Egito, El Salvador, Gabão, Gâmbia, Guatemala, Libéria, Panamá, Taiwan e Reino Unido são co-signatários das propostas de base científica para os anequins avançadas pelo Senegal e

pelo Canadá. China, Guiné-Bissau, Japão, Noruega e Uruguai exprimiram o seu apoio de base.

Quais as Partes que constituem o principal obstáculo à adoção pela CICTA da proibição recomendada para os anequins? A UE e os Estados Unidos (EUA) submeteram sistematicamente propostas concorrentes no que toca aos anequins, que incluíam várias exceções relativamente ao desembarque desta espécie, contrariando as recomendações científicas. Entretanto, a UE e os EUA implementaram proibições de retenção a bordo para 20 ou mais espécies menos valiosas de tubarões do Atlântico e incentivaram ações semelhantes em ORGP do mundo inteiro. Marrocos é o 2º país do mundo que mais desembarcou anequins do Atlântico Norte, mas não divulga a sua posição em relação à proibição da CICTA desde que obteve isenções através da medida de 2017 da CICTA para as suas embarcações inferiores a 12 m.

O que é necessário fazer e até quando? As Partes na CICTA estão atualmente a ponderar a sua posição sobre os anequins de modo a preparem as propostas a apresentar até 14 de maio e as respetivas negociações formais de 6 a 8 de julho. Para minimizar novos danos e permitir um acordo interessado da CICTA eficaz na proteção dos tubarões-anequim do Atlântico Norte é necessário convencer as Partes (sobretudo a UE e os EUA) de que devem:

- Apoiar e defender publicamente (de preferência como co-signatários) os limites de base científica para o anequim propostos pelo Canadá, pelo Senegal e por outros Estados em reuniões anteriores da CICTA;
- Preparar-se para adotar a proibição nacional aos desembarques e ao comércio;
- Incentivar outras Partes da CICTA a fazerem o mesmo.

Então e o problema mais alargado? A harmonização de salvaguardas complementares de base científica entre as várias entidades de pesca e de ambiente a nível nacional e internacional é não só essencial para salvar os anequins, como pode servir de paradigma fundamental para a conservação de muitas outras espécies de tubarões e raias.

Em resumo, qual é o contexto? Os tubarões-anequim do Atlântico Norte estão em grave declínio devido à sobrepesca praticada por vários países. Os contínuos desembarques desta população em perigo:

- Contrariam a política de não-retenção “sem exceções” recomendada pelos cientistas
- Incentivam práticas irresponsáveis de pesca que geram pressão e acentuam a mortalidade;
- Adiam ainda mais uma recuperação que durará décadas.

A proibição total da retenção a bordo de tubarões-anequim do Atlântico Norte recomendada pelos cientistas da CICTA:

- Tem por base cenários que incluem todo o tipo de causas de morte, incluindo as devoluções de animais mortos;
- É considerada como a forma mais eficaz de atingir a redução substancial necessária;
- Tem em conta a sobrevivência pós-libertação relativamente elevada da espécie;
- É fundamental para eliminar os incentivos à procura e à caça desta importante espécie em perigo.

www.sharkleague.org – info@sharkleague.org

Con el apoyo de la fundación Shark Conservation Fund



sharkadvocates.org
Sonja Fordham
President
sonja@sharkadvocates.org



sharktrust.org
Ali Hood
Director of Conservation
ali@sharktrust.org



projectaware.org
Ian Campbell,
Associate Director Policy and Campaigns
ian.campbell@projectaware.org



ecologyaction.ca
Shannon Arnold
Marine Program, Senior Coordinator
sarnold@ecologyaction.ca